

O que se discute agora no Congresso

O despacho do ministro Néri da Silveira, presidente do Supremo Tribunal Federal, sustou a devolução ao presidente da República do projeto de lei de diretrizes orçamentárias determinada pelo presidente do Senado e definiu que nenhum projeto de lei pode ser enviado à sanção presidencial sem ter sido previamente votado pelas câmaras legislativas. Limita-se a isso a intervenção do Poder Judiciário para conter demasias do Congresso com a mesma pertinência com que agiu quando se tratou de sustar demasias anticonstitucionais da responsabilidade da Presidência da República. Com o senador Nelson Carneiro e o Congresso ficou o problema de resolver a questão da convocação de sessões por considerar interrompido o recesso decretado por ambas as mesas ou de proceder a uma convocação extraordinária com o fim expresso de votar a LDO.



Ora, o presidente do Senado, que tem atribuição para convocar sessões do Congresso Nacional, composto, como se sabe, pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, convocou reuniões das câmaras reunidas para votar o projeto de lei que não poderia ser devolvido para sanção sem prévia votação. Com isso entendeu não ser necessário convocação extraordinária, mas desse entendimento poderá resultar a convocação pelas mesas da Câmara e do Senado de sessões ordinárias como se a decretação do recesso estivesse implicitamente anulada pelo despacho do ministro presidente do Supremo. O tema é polêmico pois deputados e senadores da oposição entendem que podem discutir e votar outros projetos de lei. Sua intenção é com isso continuar a obstrução da LDO para compelir as câmaras a votar a lei salarial.

Pelos precedentes o assunto está sendo tratado com calor e paixão, o que é normal nas práticas parlamentares, mas sem que se tenha decidido a questão fundamental de saber se o recesso foi também interrompido — disso não tratou a liminar concedida pelo Supremo — ou não. A decisão de Nelson Carneiro voltou a ser contestada e reposto o debate para pôr na pauta novamente questões que não serão resolvidas agora mas que poderão indefinidamente ser debatidas. A intenção da presidência do Senado é resolver rapidamente a questão, votando o projeto de LDO e retornando finalmente o recesso interrompido. Com isso não estão de acordo o PSDB, o PT e o PDT. A discussão vai continuar e só o comparecimento de parlamentares em número suficiente para permitir votação e de líderes decididos a superar a obstrução votando para tanto o projeto em pauta poderá exauri-lo.

A propósito convém esclarecer que tecnicamente não existe o cargo de presidente do Congresso. O presidente do Senado preside as sessões conjuntas das duas casas e os demais membros das duas mesas se revezam no assessoramento. Dá-se ao presidente do Senado o título majestático de presidente do Congresso por extensão e já agora por costume. Na realidade, o senador Nelson Carneiro, embora presida as sessões do Congresso e tenha poderes para convocá-las, só é presidente do Senado.

Demissões

Cinquenta e oito por cento dos servidores públicos em atividade acreditam que é necessária a demissão de funcionários, pois o quadro deve ser reduzido. Quase 75% deles, no entanto, consideram que os critérios utilizados para a reforma administrativa são incorretos. Esses são os principais números obtidos pela pesquisa realizada entre 30 de junho e 1º de julho junto aos servidores lotados em Brasília, exceção dos lotados na Presidência da República e nos ministérios militares, pela agência Soma Opinião e Mercado dirigida pelo economista Ricardo Pena.

Eles identificam também dificuldades no funcionamento das repartições públicas decorrentes da mudança de governo e da inexperiência de alguns administradores. Vinte e seis por cento acham que o trabalho está andando normalmente, 35% acham que está devagar e 35% consideram a situação caótica. Na avaliação dos funcionários, os ministérios do Trabalho e Previdência e da Infra-Estrutura enfrentam maiores dificuldades. Sessenta e seis por cento acham que o primeiro está quase parado ou em caos e 39% entendem o mesmo quanto à Infra-Estrutura.

Os números da pesquisa de Soma foram entregues à revista *Veja* que deverá publicá-los na edição que começa a circular na noite de hoje.

A família Pegoraro

Mário Pegoraro foi demitido da presidência do Incra por ter nomeado para o instituto diversos parentes. Mas agora o demitido teria comprovado em documento encaminhado ao Ministério da Agricultura que nenhum dos Pegoraro que servem no Incra são seus parentes. Haveria pelo menos duas famílias com esse apelido. O ministro Cabrera chamou o Pegoraro-mor para uma conversa.

Na Bahia

No dia em que publiquei informação das moças que iriam assessorar a campanha de Joaci Goes a governador da Bahia de que o candidato do PSDB não desistiria, ele desistiu e passou a apoiar a candidatura de Roberto Santos, do PMDB. Tudo bem. Por coincidência, no mesmo dia, registrei informação de Fernando Santana de que disputaria de novo um lugar na Câmara por coligação de esquerda que incluía o PT. O PT excluiu-se dela.

Carlos Castello Branco